

**A TUA VOZ NO MUNICÍPIO**  
AUTÁRQUICAS 2017

# SEIXAL

PROGRAMA ELEITORAL





## Índice

O programa autárquico do Partido Pessoas Animais Natureza para o quadriénio 2017-2021 no Concelho do Seixal assenta em 10 eixos, a saber:

Ponto de partida .....	3
Ambiente .....	4
Bem-estar animal .....	8
Economia e Inovação .....	11
Educação e Cultura .....	12
Habitação e Desenvolvimento Pessoal e Social .....	14
Mobilidade e Acessibilidade .....	17
Património .....	19
Saúde e Desporto .....	20
Segurança .....	22
Transparência e Cidadania .....	23





## **Ponto de partida**

O Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN) inspira-se numa visão e numa ética holísticas, não antropocêntricas, e num paradigma cultural e civilizacional alternativo ao dominante, porquanto assenta no reconhecimento da interdependência e conexão de todos os seres vivos e dos ecossistemas planetários. Este novo paradigma é imperativo no momento crucial que vivemos, quando o desenvolvimento tecnológico da humanidade permite um impacto sem precedentes na biosfera planetária que compromete as gerações futuras e a sobrevivência das várias espécies, incluindo a humana, conforme é cientificamente reconhecido. Pela sua maior capacidade de intervenção sobre a natureza, o meio ambiente e os seres sencientes, bem como pela sua possibilidade de livre arbítrio, memória e previsão, o ser humano é eticamente responsável pela harmonia ecológica e pelo bem-estar dos seres vivos. Assumindo que todos os seres sencientes, humanos e não-humanos, são interdependentes e têm um principal interesse comum, o de satisfazerem as suas necessidades vitais, não sofrerem e experimentarem sensações e sentimentos de prazer, segurança, bem-estar e felicidade, o PAN visa criar as condições mentais, sociais, jurídicas e políticas para que esse direito lhes seja efectivamente reconhecido.

Pela primeira vez na sua história, o PAN apresenta-se a votos nas eleições autárquicas no concelho do Seixal, tendo definido como objectivo primordial colocar na ordem do dia do município temas e preocupações que, até aqui, não têm merecido, quanto a nós, a devida atenção dos agentes políticos locais, assim como fazer a defesa e promoção de uma nova forma de fazer política, assente numa noção de bem comum que compreenda simultaneamente pessoas, animais e natureza.

O presente programa eleitoral é, consideramos nós, um ponto de partida para a mudança que acreditamos ser necessária e possível.





## **Ambiente**

Um ambiente melhor aproveita a todos, sendo que estaremos tanto mais próximos de o conseguir quanto sejamos capazes de melhor zelar pela nossa água e pelos nossos solos. Cientes disso e a fim de reduzir a contaminação dos solos, será nossa prioridade levar o saneamento básico a todas as zonas do Concelho, garantindo que todos os efluentes são corretamente processados e tratados, pondo termo a situações de esgotos a céu aberto e descontinuando de vez a solução das fossas cépticas.

Também assim, porque a água é indispensável à vida, assegurar-nos-emos que nenhuma casa do Concelho terá o abastecimento de água condicionado.

E se a água é indispensável, o ar que respiramos é imprescindível, pelo que também este merecerá a nossa constante atenção, em particular, as actividades que o comprometem. Queremos actividades potenciadoras do emprego e da economia local mas não a qualquer custo, pelo que seremos zelosos na fiscalização e intransigentes no cumprimento das obrigações legais.

### Ao nível do ambiente, propomo-nos a:

- Levar o saneamento básico a todas as zonas do Concelho, garantindo que todos os efluentes são corretamente processados e tratados, acabando com as situações de esgotos a céu aberto ou transbordo de fossas que não são vazadas em tempo útil e descontinuando de vez a solução das fossas cépticas;
- Assegurar que não existem falhas no abastecimento de água, como tem sido o caso em Fernão Ferro no Verão;
- Zelar, através da fiscalização, pelo pontual cumprimento das obrigações legais por parte das actividades potencialmente nefastas para o ambiente e/ou para a saúde pública; ou, quando essa competência recair sobre organismos da administração central, diligenciar junto dos órgãos competentes para que sejam tomadas as medidas tendentes a garantir o cumprimento das normas legais;
- Arborizar e ajardinar a zona adjacente ao estacionamento do cais fluvial do Seixal, tornando-o mais apelativo e integrado numa zona verde de enquadramento paisagístico partilhado, disponível para a realização de actividades recreativas e sociais;





- Substituir progressivamente a frota a gásóleo da autarquia por uma frota ambientalmente sustentável (redução de gases nocivos, partículas inaláveis e menor ruído);
- Dotar o concelho de postos de carregamento para carros eléctricos, nomeadamente junto dos parques das estações e terminais de transportes públicos;
- Elaborar e implementar uma Estratégia Local para a Eficiência Energética, designadamente, através de aprovação de programas que impulsionem a redução de gastos energéticos;
- Promover a substituição gradual do actual sistema de iluminação pública e de semaforização por soluções mais eficientes, de preferência com aproveitamento das energias alternativas, com especial incidência sobre a energia solar;
- Implementar equipamentos de produção local de energia renovável para autoconsumo (fotovoltaico e eólico) nos edifícios públicos, através da aplicação dos critérios europeus de compras públicas ecológicas;
- Integrar sistemas solares térmicos nos edifícios e equipamentos do município onde se utilize muita água quente, nomeadamente escolas, pavilhões desportivos, quartéis de bombeiros, piscinas;
- Desenvolver e promover acções de sensibilização junto dos trabalhadores da autarquia e da população em geral, com especial relevância nas escolas, focando boas práticas para a redução de consumos energéticos;
- Criar incentivos para que os privados instalem unidades de produção de energia limpa, nomeadamente através da diminuição das taxas de licenciamento e apoio técnico;
- Elaborar e fazer cumprir um Plano de Acção Local para a Biodiversidade, considerando os objetivos definidos pela Convenção sobre a Diversidade Biológica, as 20 Metas de Aichi e a Estratégia para a Estratégia da União Europeia para a Biodiversidade 2020, estabelecida em 2011;
- Estudar a execução de corredores ecológicos, quer para as áreas novas do concelho quer para as já existentes, tanto por cima como por baixo das infraestruturas rodoviárias, garantindo a continuidade do corredor ecológico e dessa forma o cumprimento da sua função básica de reduzir os efeitos da fragmentação dos ecossistemas, permitindo a livre deslocação de animais em segurança;





- Aplicar coberturas e fachadas verdes e a proteção de logradouros não impermeabilizados, quando possível, nos edifícios públicos e incentivar igual medida nos privados;
- Criar uma equipa multidisciplinar de trabalho para análise do Impacte Ambiental das operações de loteamento, de urbanização e os trabalhos de remodelação de terrenos em área não abrangida por operação de loteamento, bem como daquelas que nos termos de regulamento municipal sejam consideradas como de impacto relevante, de forma a apresentarem ao promotor propostas de diminuição do impacte ambiental negativo;
- Incluir nos planos de arborização do território local espécies de frutos comestíveis, tendo em vista não somente o auxílio na alimentação das camadas mais carenciadas da população, mas também o contributo para a preservação da biodiversidade em zonas adequadas;
- Elaborar um regulamento municipal que estabeleça as regras e normas relativas ao planeamento, implantação, gestão, conservação, manutenção e abate de Espécimes Arbóreos e Arbustivos;
- Criar zonas protegidas para colmeias, respeitando os padrões nacionais de conservação da biodiversidade;
- Dinamizar o programa de colocação de ninhos para espécies capazes de proceder ao controlo das lagartas dos pinheiros;
- Introduzir, através de formação dos munícipes, princípios e práticas permaculturais nas hortas urbanas e jardins da autarquia;
- Sensibilizar os munícipes para a compostagem;
- Aumentar as áreas de hortas no concelho, regulando as já existentes de modo a que mais pessoas delas possam usufruir;
- Promover, através da criação de mecanismos de escoamento, ou de pequenos mercados junto às áreas das hortas, uma maior sustentabilidade alimentar da cidade e o consumo de produtos sazonais;
- Criar um portal específico para as pessoas usufrutuárias das hortas urbanas da cidade, promovendo uma rede de troca de conhecimentos e até de sementes e outros produtos e materiais, promovendo paralelamente encontros entre os usufrutuários de hortas;





- Promover campanhas de formação e de sensibilização no sentido das hortas passarem a ser de produção exclusivamente biológica, fornecendo para tal o apoio técnico para a prossecução desta prática agrícola;
- Elaborar um Regulamento Municipal de Hortas Urbanas, abrangendo as diferentes tipologias de hortas urbanas municipais existentes, com a definição das regras específicas para a sua atribuição e utilização;
- Proibir a utilização do glifosato, declarando o concelho como "Autarquia Sem Glifosato" - aderindo à iniciativa desenvolvida pela Quercus e Plataforma Transgénicos Fora (PTF) - e, simultaneamente, promover a adopção de meios técnicos de combate manuais, térmicos, mecânicos, biológicos ou culturais e/ou produtos com o menor risco para a saúde humana e animal e o ambiente, como é o caso dos produtos certificados para utilização em agricultura biológica;
- Elaborar campanhas de sensibilização junto das escolas que relacionem os graves problemas ambientais que vivemos e a necessidade de garantirmos a nossa soberania alimentar;
- Promover campanhas de sensibilização sob o tema "Recolha de Dejectos Caninos";
- Reforçar a fiscalização aos locais do concelho mais afectados pelos dejectos caninos e que habitualmente não são recolhidos pelos responsáveis dos animais;
- Promover, através de campanhas de sensibilização, junto dos serviços da autarquia e dos privados, a poupança de papel, incentivando o recurso ao digital;
- Promover campanhas nas escolas, empresas e junto de munícipes para a promoção e sensibilização para a reciclagem, mostrando os efeitos nefastos da sua não execução e os efeitos benéficos para a sustentabilidade dos recursos do planeta;
- Promover a substituição das embalagens de serviço de plástico (copos, talheres e pratos) por embalagens ecológicas, nos serviços da autarquia, nos órgãos representativos das autarquias, nos serviços da administração autárquica ou que se encontrem sob a sua gestão, e ainda no âmbito de serviços concessionados ou patrocinados pelos órgãos autárquicos (por exemplo, regatas, festivais, mercados, festas populares);
- Promover ações de educação e de sensibilização ambiental, bem como criar os mecanismos necessários para aumentar a vigilância, e actuar com rigor em caso de infração.





## **Bem-estar animal**

O respeito por todas as formas de vida é a matriz do PAN, razão pela qual no modelo de sociedade que este propõe não há lugar para maus-tratos, abusos e exploração animal.

### Ao nível do bem-estar animal, propomo-nos a:

- Declarar o município do Seixal Amigo dos Animais, rejeitando o licenciamento de espectáculos que façam uso de animais para entretenimento;
- Implementar um modelo completamente inovador e progressista no Canil/Gatil Municipal, assente na humanização do mesmo, promovendo o alojamento em segurança, higiene e saúde dignas e pugnando pela adopção responsável dos animais a cargo da autarquia;
- Criar equipas técnicas multidisciplinares, integrando Médicos Veterinários, Fiscais Municipais e Assistentes Sociais, visando o reforço da fiscalização em matéria de proteção e bem-estar animal no âmbito das competências municipais, com vista à prevenção dos crimes contra animais, permitindo uma actuação mais célere, concertada e eficiente, nomeadamente, na verificação das condições de alojamento e bem-estar animal e sempre que necessário, nos procedimentos inerentes à apreensão cautelar dos mesmos;
- Dotar o Canil/Gatil Municipal do Seixal de condições para prestar cuidados a animais errantes, abandonados ou detidos por pessoas em situação de especial vulnerabilidade socioeconómica que não tenham capacidade para assegurar aos seus animais de companhia os cuidados básicos de saúde ou de socorrê-los em situação de emergência;
- Criar programas de apoio aos animais detidos por pessoas em especial situação de vulnerabilidade social e sem-abrigo, em parceria com as associações zoófilas do concelho, que permitam assegurar a alimentação dos animais, a prestação de cuidados básicos, como o plano de vacinação, cuidados de saúde e higiene animal;
- Criar o Programa Municipal de Esterilização, que promoverá a esterilização dos animais de companhia detidos pelos munícipes que comprovem ter dificuldades financeiras e ainda dos animais errantes ou abandonados do concelho, inclusive que se encontrem à guarda ou sob a responsabilidade das associações zoófilas e de sensibilização da população para os benefícios da esterilização animal, com vista a







prevenir o flagelo do abandono e a reprodução descontrolada de animais de companhia;

- Potenciar o programa CER – Capturar, Esterilizar e Recolocar - fomentando a imagem do animal comunitário nas populações;
- Estudar uma solução para o fenómeno das gaivotas urbanas que garanta o fim dos problemas àquelas associados e que respeite o valor vida daqueles animais;
- Criar pombais contraceptivos que contribuam para o controlo da natalidade daqueles animais com total respeito pela sua vida;
- Criar parques caninos nas diferentes freguesias da cidade, integrados nos espaços de lazer já existentes ou em zonas verdes, constituídos por um espaço vedado com vários obstáculos, que permitam aos cães correr e brincar soltos em segurança, proporcionando o seu exercício e socialização;
- Manter e reparar os bebedouros existentes e instalar novos bebedouros, com a inclusão de bebedouros rebaixados disponíveis para os animais;
- Promover a criação de um Observatório Municipal de Bem-estar Animal, coordenado por um Provedor, cuja missão será a de zelar pelos direitos e interesses dos animais do concelho, convidando a sociedade civil, as instituições públicas e munícipes a tomarem parte do mesmo;
- Adotar e fazer cumprir um Regulamento Municipal de Proteção, Saúde e Bem-estar Animal que promova uma maior proteção e bem-estar animal na autarquia, fomentando a posse e a detenção responsável, disciplinando a identificação e o registo de animais detidos, a circulação na via pública e o alojamento de animais de companhia, a execução das respetivas medidas de profilaxia médica e sanitária, o funcionamento do próprio Centro de Recolha Oficial, a detenção e demais questões relativas a outras espécies, designadamente animais selvagens e animais de quinta, regulando também a apascentação de animais e da sua permanência em espaço público e privado e adotando princípios de precaução contra atos que inflijam sofrimento físico ou psíquico aos animais;
- Afectar o produto das coimas decorrentes da aplicação do Regulamento Municipal de Proteção, Bem-estar e Saúde Animal, bem assim como as taxas municipais relacionadas com esta matéria, para um Fundo Municipal de Intervenção Animal, a ser criado pela a Autarquia, possibilitando assim a aplicação dessas verbas na melhoria das condições dos animais do concelho;





- Proceder à alteração dos Regulamentos ou Posturas municipais que proíbam a alimentação de animais nas vias e demais lugares públicos, permitindo a sua alimentação, nomeadamente a dos animais das colónias controladas ao abrigo do programa CER;
- Realizar campanhas de sensibilização para uma adopção responsável de animais de companhia, alertando a população para as responsabilidades inerentes à detenção de um animal de companhia, designadamente quanto aos cuidados de vacinação, alimentação abeberamento, saúde, bem-estar e adequadas condições de alojamento;
- Assegurar a existência de protocolos e termos de adopção com associações de defesa dos animais, os quais devem incluir uma avaliação prévia dos potenciais adoptantes dos animais alojados no Canil/Gatil Municipal e mecanismos de apoio e acompanhamento pós-adopção, com vista a potenciar o sucesso da adopção e a reduzir o número de animais devolvidos e/ou abandonados;
- Repor em funcionamento o veículo de emergência e socorro animal e redefinir o seu modelo de utilização;
- Promover a realização de acções de educação e sensibilização da população, em particular das crianças e jovens nas escolas, contra o abandono e os maus tratos, para uma detenção responsável de animais de companhia e respeito pela vida animal, nomeadamente quanto aos benefícios da esterilização e controlo da reprodução não planificada de animais de companhia, deveres e cuidados de saúde e bem-estar animal a observar, fomentando uma atitude mais consciente perante a decisão de adotar ou adquirir um animal de companhia;
- Assegurar a realização de acções de formação contínua dos trabalhadores do Canil/Gatil municipal do Seixal, nomeadamente, em matéria de legislação, saúde, bem-estar e adequado maneo animal;
- Proceder à criação de uma plataforma online, integrada com os serviços municipais, que permita identificar os animais que se encontram abandonados ou perdidos na via pública, proceder à sua georreferenciação e identificação fotográfica e informar os munícipes da resolução do pedido de recolha do animal. As bases de dados de animais que se encontrem disponíveis para adoção devem igualmente ser dinamizadas e integradas com as redes sociais;





## **Economia e Inovação**

É um dado adquirido que o modelo «extrair-fabricar-descartar» não é mais exequível, dado o carácter finito de muitos recursos naturais, pelo que é premente tomar medidas que prolonguem a vida dos produtos e materiais. Devemos, pois, apostar numa economia assente não no crescimento pelo crescimento, mas no crescimento sustentado, assente nas reais necessidades e não na expectativa do crescimento.

### Em matéria de Economia e Inovação, propomo-nos:

- Revitalizar e modernizar os mercados municipais, à semelhança do que já acontece noutras cidades do país, onde estes são espaços privilegiados de comércio local, mas também de convívio e de socialização intergeracional;
- Estimular a reutilização dos bens e objectos ou a sua reparação, procurando mantê-los para serem reutilizados e voltarem a gerar valor mesmo quando os produtos já não são úteis a quem os possui;
- Criar programas de incentivo ao empreendedorismo social, procurando estimular a implementação de modelos de negócios capazes de pensar o território no qual estão sediados e de definir prioridades que contribuam para o desenvolvimento socioambiental e sociocultural das comunidades locais;
- Dinamizar as candidaturas aos programas da Estratégia 2020 com base territorial no concelho, através das seguintes ações:
  - Capacitação de funcionárias/os com as competências necessárias para desempenhar as funções de apoio e esclarecimento relativas às candidaturas acima referidas;
  - Criação de uma página integrada no portal da Câmara Municipal exclusiva para esta matéria, associada uma linha telefónica e a um endereço de correio eletrónico;
  - Caso a procura das linhas de apoio o justifique, deverá ser criado um balcão de atendimento.
- Proceder à gradual substituição, sempre que possível, de software pago por software livre e aberto, confirmando assim o empenho do município na utilização racional dos recursos locais;





- Criar e promover uma plataforma municipal de crowdfunding, de forma a possibilitar o apoio a projetos de pequena e média dimensão, cujas atividades tenham por base ou destino o concelho;
- Importar e adaptar ao nosso território modelos de organizações económicas cooperativas e projetos de economia solidárias;
- Estreitar a relação e contribuir para o desenvolvimento do trabalho das associações, Instituições Particulares de Solidariedade Social ou outras entidades que prossigam fins de interesse público municipal no âmbito dos Direitos Humanos, da acção social, da defesa ambiental, da proteção animal e/ou desenvolvimento cultural, não só através da atribuição de apoios financeiros e não financeiros, como através da chamada pública à participação para a definição de políticas e planos de acção locais;
- Declarar o concelho do Seixal livre de TTIP, CETA e TISA, como forma de posição simbólica em favor do planeta, da saúde, segurança alimentar e direitos sociais de quem trabalha.

## **Educação e Cultura**

O processo educativo garante ao Homem a sua participação na Humanidade. A educação contribui para a construção da identidade individual, não só pelo que se aprende, mas pelo que se rejeita e pelo que se inova a partir dela.

Cabe assim, também, à autarquia participar no desenvolvimento de projetos educativos que proporcionem aos jovens e adultos o desenvolvimento das suas aprendizagens, do saber fazer, do conviver com os outros e com o mundo que os rodeia e da sua personalidade.

Em matéria de Educação e Cultura, propomo-nos:

- Promover e apoiar a construção de projectos pedagógicos que permitam o desenvolvimento da literacia emocional, e das competências emocionais essenciais para concretizar o desenvolvimento da personalidade e de todo o potencial dos alunos;
- Promover projectos nas escolas, desde a pré-primária, para ações cívicas, ambientais, patrimoniais e de acção sobre o território;





- Promover o funcionamento de ateliers de tempos livres para crianças e jovens, associando programas de lazer, ações de solidariedade, ligadas ao voluntariado em áreas de proteção da natureza, dos animais e apoio a idosos;
- Definir um Programa Municipal de Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, que preveja, entre outras ações:
  - Acções de educação ambiental nas escolas, desde o ensino pré-escolar, com o objetivo de alterar comportamentos de consumo;
  - A criação de actividades lúdico-pedagógicas nas temáticas da Cidadania, da Água, dos Ecossistemas, dos Resíduos, do Desenvolvimento Sustentável, da Alimentação, da Mobilidade Sustentável, da Energia, da Natureza, dos Animais, da Biodiversidade, destinadas a escolas públicas e privadas, desde o ensino pré-escolar até ao ensino secundário, e também famílias;
  - A realização de acções de educação e sensibilização que fomentem o conhecimento das espécies existentes, a preservação dos habitats e a relevância para o equilíbrio dos ecossistemas;
- Garantir, em articulação com o Ministério da Educação, percursos de aprendizagem formais e informais para a reintegração no ensino e para a programas de redução e prevenção do abandono escolar precoce;
- Garantir a igualdade de acesso ao ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, defendendo o desenvolvimento de uma escola verdadeiramente inclusiva;
- Promover a criação de equipas de intervenção multidisciplinar, que detectem e previnam situações de violência psicológica e/ou física em meio escolar e de consumo de substâncias psicoativas e disponibilizem serviços de apoio aos alunos e às famílias;
- Promover, durante o período de férias, o funcionamento de ateliers de tempos livres para crianças e jovens, associando programas de lazer ações de solidariedade, ligadas ao voluntariado em áreas de proteção da natureza, dos animais e apoio a idosos;
- Criar programas que concorram para uma efetiva Educação Física ao longo de toda a escolaridade obrigatória, com maior foco no pré-escolar e no 1º ciclo do Ensino Básico, garantindo a universalidade e gratuidade de uma formação desportiva de base, de uma educação promotora de estilos de vida saudáveis, da inclusão e da multiculturalidade e de uma educação para a sustentabilidade;
- Garantir, em conjugação com escolas, clubes desportivos, coletividades e outras organizações devidamente certificadas, uma boa gestão dos espaços públicos





desportivos existentes de modo a possibilitar o reforço do currículo de Educação Física e da oferta extracurricular do Desporto Escolar;

- Pugnar para a existência de uma oferta educativa/formativa que dê resposta às necessidades educativas dos adultos, ao longo de toda a vida.

## **Habitação e Desenvolvimento Pessoal e Social**

O direito à habitação é um Direito Humano, universal, consagrado desde logo na nossa Constituição e também na Declaração Universal dos Direitos do Homem. Dito isto, o princípio da igualdade e da não discriminação, também previstos na constituição, bem como o direito à habitação, fundamentam as ideias do PAN, razão pela qual estas serão matérias em que apostaremos fortemente.

Também assim e porque vivemos numa sociedade multicultural, é prioritário combater todas e quaisquer formas de discriminação e de intolerância em função da deficiência, diversidade funcional, orientação sexual, da etnia, da religião, da identidade de género ou qualquer outro factor.

Por fim, fruto da inversão na pirâmide etária que resultou no envelhecimento da população, é urgente que a sociedade se adapte às alterações e oportunidades daqui decorrentes.

### Em matéria de Habitação e Desenvolvimento Pessoal e Social, propomo-nos a:

- Criar um Plano Municipal de Envelhecimento em Casa ou Plano Gerontológico Municipal;
- Fazer um levantamento atualizado do parque habitacional existente, do seu estado de conservação e ocupação, bem como levantamento e análise da procura de habitação no município e do tipo de agregados e rendimentos dos mesmos, com vista à melhoria das condições de ocupação dos fogos;
- Desenvolver programas de educação de combate a todas e quaisquer formas de discriminação e de intolerância em função da deficiência, da orientação sexual, da etnia, da religião, da identidade de género, ou qualquer outro fator, em parceria com escolas, associações e forças de segurança, a partir do pré-primário;
- Criar mais e melhores equipamentos lúdicos destinados a crianças e jovens, porquanto estes estimulam o movimento e a interação entre as crianças e jovens e





também entre gerações, assegurando a sua permanente manutenção, designadamente:

- Parques integrados no concelho em áreas consolidadas, nos jardins e praças e nos parques urbanos;
- Inclusivos, permitindo a utilização por crianças com deficiência e/ou diversidade funcional, devendo ser adaptados os parques já existentes;
- Parques com pavimentos que permitam a correta drenagem e sem impermeabilizar a área de implantação do equipamento;
- Elaborar e promover campanhas de sensibilização referentes ao envelhecimento e à corresponsabilidade da comunidade no apoio e cuidados a dependentes, promovendo o voluntariado nesta área;
- Criar um conjunto diversificado de equipamentos de residências alternativas para as pessoas idosas, quando já não seja possível permanecerem no seu lar, com um valor de renda definido mediante os rendimentos mensais de cada pessoa e com distintos graus de assistência, com a possibilidade de levarem o seu animal de companhia, seguindo diversos modelos, como por exemplo:
  - “repúblicas”, modelo que já foi experimentado noutros países, como no Brasil e em Espanha, onde as/os residentes têm total liberdade de movimentos, podendo partilhar as tarefas entre si ou ter apoio externo;
  - residências, com tipologia T1, com serviço de apoio permanente e assistência completa, incluindo alimentação, higiene pessoal, serviços de limpeza da casa e de roupas, atendimento médico e de enfermagem, com funcionamento assegurado por protocolos com IPSS ou outras instituições;
  - unidade residencial assistida para pessoas idosas que necessitem de alojamento temporário assistido, para curtos períodos de tempo, com funcionamento assegurado por protocolos com IPSS ou outras instituições;
- Criação de um serviço de apoio a pessoas idosas em situação de carência e que vivam sós, ou com menores e animais, para serem efectuadas de forma gratuita pequenas reparações domésticas e entregas domiciliárias nas residências através de protocolos com empresas;
- Promover a realização de ações de apoio social aos animais de pessoas idosas, combatendo por um lado o isolamento da pessoa idosa e por outro as dificuldades muitas vezes sentidas por esta parte da população relativamente às necessidades





- básicas dos animais de companhia, como os cuidados médico-veterinários, a higiene ou o passeio;
- Promover a criação de uma rede de voluntariado por parte da pessoa idosa como família de acolhimento temporário dos animais alojados no Canil/Gatil, assegurando o município as despesas inerentes à alimentação e aos cuidados médico-veterinários dos animais;
  - Melhorar o parque habitacional existente através de programa de reabilitação dos edifícios, envolvendo os residentes em medidas pontuais;
  - Reabilitar o parque habitacional devoluto pertencente à autarquia;
  - Integrar o programa de “habitação para todas e todos” nas povoações consolidadas, de forma dispersa, não criando bairros distintos da envolvente e garantindo o acompanhamento social e educacional prolongado após a instalação dos moradores;
  - Criar novas habitações através da reconversão de áreas degradadas, evitando novas construções;
  - Acompanhar a construção de novas habitações e a requalificação das existentes com programas integrados de inclusão social (empregos, escolas, transportes e comércio local);
  - Realojar os moradores e dismantelar o bairro de lata de Santa Marta do Pinhal (Corroios);
  - Incrementar a requalificação do parque habitacional da zona histórica da cidade do Seixal e promover incentivos à renovação da população residente;
  - Intensificar a fiscalização de operações urbanísticas sujeitas a controlo prévio, assegurando o cumprimento das condições de acessibilidade a satisfazer no projecto e na construção de espaços públicos, equipamentos colectivos e edifícios públicos e habitacionais;
  - Fazer um levantamento das situações de incumprimento dos prazos para adaptação de instalações, edifícios, estabelecimentos, equipamentos de utilização pública e via pública, da administração pública central, regional e local, promovendo a correção das situações que sejam identificadas;
  - Realizar obras de escoamento de águas na localidade de Santa Marta do Pinhal/Corroios, exigindo a realização de obras de retenção de águas pluviais no concelho de Almada;







- Criar um banco de ajudas técnicas onde se disponibilizem produtos de apoio para pessoas com deficiência ou incapacidade, permanente ou temporária, por meio de empréstimo, mediante a avaliação das necessidades e dos produtos mais adequados;
- Incentivar a promoção da igualdade de género em empresas privadas e institutos, criando prémios, distinções ou “selos” de boas práticas;
- Definir um Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação, dando corpo ao expresso na Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, e aprofundando o seu âmbito para que funcionem efetivamente como princípios orientadores para a implementação de políticas e práticas autárquicas que garantam a inclusão de todas as pessoas, independentemente da sua razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social, orientação sexual ou identidade de género;
- Adotar uma linguagem escrita e visual promotora da igualdade de género (não discriminatória em função do sexo/género) em todos os documentos emitidos pelos serviços autárquicos, empresas municipais, empresas e escolas cuja gestão se encontre dependente da autarquia, dando igual estatuto a mulheres e homens;
- Dotar as bibliotecas escolares e municipais de oferta diversificada e inclusiva no tocante a temas relacionados com sexualidade, género, orientação sexual, identidade e expressão de género, diversidade funcional, multiculturalidade, interdependência, diversidade de modelos familiares, saúde reprodutiva, saúde mental, proteção animal e ambiental, entre outros;

## **Mobilidade e Acessibilidade**

Em Portugal, aumentar a mobilidade significa geralmente investimentos na circulação automóvel. Sabe-se hoje que aumentar o número de estradas, faixas de rodagem e túneis no acesso às cidades não melhora o congestionamento do tráfego, mas antes promove o aumento do número de veículos particulares. É, pois, imperioso apostar numa acessibilidade para todos, que promova maior bem-estar e igualdade social.

A mobilidade em meio urbano é um direito e um factor de combate às desigualdades. Para ser sustentável, este combate deve proporcionar níveis adequados de mobilidade no presente sem comprometer as condições de mobilidade das futuras gerações.





No tocante à Mobilidade e Acessibilidade, propomo-nos a:

- Participar, no valor remanescente, os passes de transportes públicos para jovens estudantes até aos 18 anos, munícipes portadores de deficiência e população idosa;
- Assegurar a sinalização e a segurança das ciclovias já instaladas, assim como em ciclovias futuras, através da construção de barreiras de transposição pelos veículos motorizados e monitorização dos limites de velocidade;
- Criar uma plataforma com percursos pedonais, com a sinalização dos pontos mais interessantes, dos bebedouros e instalações sanitárias existentes, disponibilizada através da internet e de mapas colocados em diversos locais do concelho;
- Desenvolver um ordenamento de trânsito mais amigável da mobilidade em segurança;
- Fortalecer as redes de transportes públicos, estruturando-as a nível supra municipal;
- Aumentar o número de paragens dos transportes públicos, adaptando os circuitos à procura, nomeadamente nas zonas mais periféricas e isoladas do concelho;
- Promover a articulação entre os operadores de autocarros do concelho;
- Exigir a concretização total do plano de implementação do metropolitano ligeiro da margem sul do Tejo, em colaboração com o concelho de Almada, e o estudo do seu alargamento aos concelhos do Barreiro, Moita e Sesimbra;
- Ampliar as faixas BUS e segregá-las os troços principais de modo a que o tráfego particular não afecte o desempenho e eficácia do transporte colectivo;
- Exigir a introdução, nos transportes coletivos rodoviários, de rampas de acesso a utentes com mobilidade reduzida, nomeadamente os que utilizem cadeiras de rodas, e a disponibilização de espaços apropriados para o seu transporte;
- Promover campanhas de sensibilização a estacionamento irregulares;
- Criar novos parques de estacionamento nas zonas mais populacionais do concelho;
- Promover o transporte escolar coletivo para reduzir o congestionamento junto às escolas;
- Integrar a rede de ciclovias na restante rede de meios de transportes, criando um plano intermodal, que integre transportes públicos, bicicletas, automóveis e estacionamentos;
- Analisar e avaliar as soluções de ciclovias já implantadas, detectando-se as eventuais falhas;
- Criar lugares de estacionamento de bicicletas seguros (de preferência com circuito filmado) perto de terminais de transporte, em todos os jardins públicos, à entrada de





todos os estabelecimentos de ensino públicos e privados, com número de lugares dependente da dimensão do equipamento em causa;

- Promover um levantamento das situações de falta de ligação pedonal entre áreas/zonas do concelho;
- Garantir a continuidade dos passeios, eliminando os “vazios” nos percursos pedonais, com especial incidência nas ligações entre as diversas zonas do concelho e junto das grandes infraestruturas;
- Promover junto das entidades competentes a construção de rotundas na EN10 para a EN10-2 e do nó de saída de Pinhal de Frades para o casal do Marco;

## **Património**

O património é, segundo a Lei de Bases do Património Cultural, todos os bens que, sendo testemunhos com valor civilizacional relevante, devam ser objecto de proteção e valorização. Fazem parte da história de uma comunidade, são a fonte dos mais diversos costumes e heranças culturais e de coesão geracional. Neste aspecto o Seixal, apesar de ser actualmente uma zona periférica da capital, é um concelho rico do ponto de vista patrimonial, nomeadamente desde a época medieval à industrial.

### No que respeita ao Património, propomo-nos a:

- Proceder à recuperação do património edificado cultural municipal e do património natural envolvente, de forma faseada com a inscrição em cada orçamento e opções do plano de pelo menos um dos seguintes:
  - Sapal dos Moinhos dos Paulistas
  - Palácio da Quinta da Trindade
  - Embarcações tradicionais do Tejo
  - Complexo da Fábrica de Cortiça Mundet
  - Ponta dos Corvos, para observação e fotografia de aves
- Referenciar e divulgar os pontos de interesse do nosso património cultural, criando um roteiro que privilegie a orla do estuário do Tejo e da baía do Seixal, integrando-o no já existente património do Ecomuseu Municipal do Seixal;
- Assegurar a existência de um circuito turístico pedonal e, quando possível, ciclável que integre o património edificado cultural municipal e privado, assim como o património natural municipal e privado;





- Dinamizar o parque de campismo do Serrado;
- Criar um parque de autocaravanas no Seixal;
- Apoiar, recolher e divulgar as tradições culturais ligadas à música, à dança, às artes plásticas e à escrita criativa, para que sejam parte da identidade dos munícipes, nomeadamente das gerações mais jovens;
- Inventariar, recuperar e disponibilizar aos munícipes os elementos arquitectónicos ainda existentes no concelho e que fazem parte da nossa herança histórica e cultural;

## **Saúde e Desporto**

Não obstante o compromisso de tudo fazer para que o Hospital no Seixal seja uma realidade, o PAN Seixal privilegiará uma saúde preventiva, alicerçada na promoção de hábitos de vida saudáveis, pelo que apostará forte na educação e na prevenção. Para consegui-lo, apostaremos fortemente na difusão da prática desportiva, em condições de conforto e segurança.

### No tocante à Saúde e ao Desporto, propomo-nos a:

- Criar a figura do Nutricionista Municipal, com a criação de um gabinete especializado, próximo da população, capaz de contribuir positivamente para melhores hábitos alimentares;
- Criar o plano “*Um rastreio por mês*”, com dedicação mensal a uma doença e com difusão de informação sobre a mesma, mediante palestras e sessões de esclarecimento, bem como realização de rastreios gratuitos à população;
- Criar o Passe Desportivo Municipal, com vista a facilitar a prática de exercício físico, de uma forma economicamente atrativa e inclusiva, comparticipando as despesas dos munícipes através dos contratos-programa estabelecidos com as associações desportivas públicas e de protocolos firmados com instituições privadas;
- Garantir que os menus disponibilizados nas cantinas e refeitórios da autarquia, independentemente da dieta alimentar, são equilibrados nutricionalmente;
- Introduzir nas cantinas do município alimentos de origem biológica e produção local;
- Promover campanhas de sensibilização no sentido de acabar com o preconceito da amamentação em público;





- Instalar medidores de ultravioleta nas praias, zonas ribeirinhas, piscinas municipais e grandes jardins e parques urbanos, promovendo uma maior consciencialização das populações para os perigos de uma exposição em períodos com elevados níveis de radiação ultravioleta;
- Promover o alargamento de serviços de saúde no âmbito da saúde oral, incluindo médicos dentistas nos centros de saúde;
- Promover o alargamento de serviços de saúde mental, garantindo as especialidades de psiquiatria e psicologia nos centros de saúde;
- Promover o acesso a medicinas alternativas;
- Criar programas que concorram para uma efetiva Educação Física ao longo de toda a escolaridade obrigatória, com maior foco no pré-escolar e no 1º ciclo do Ensino Básico, garantindo a universalidade e gratuidade de uma formação desportiva de base, de uma educação promotora de estilos de vida saudáveis, da inclusão e da multiculturalidade e de uma educação para a sustentabilidade;
- Criar programas de formação que apoiem o desenvolvimento de competências dos vários intervenientes no processo de formação e educação desportiva (pais/mães, professores, dirigentes e treinadores), na promoção e generalização da atividade física, na promoção da ética desportiva e na educação para a saúde e sustentabilidade;
- Criar e gerir programas de apoio aos clubes desportivos, colectividades e outras organizações devidamente certificadas com o objetivo de garantir que todos os cidadãos terão a possibilidade de desenvolver as suas competências desportivas e caso o entendam ter acesso a oportunidades de melhorar o seu nível de rendimento e alcançar níveis de excelência;
- Melhorar as condições de acesso à prática regular e devidamente orientada de atividade física recreativa e desportiva para toda a população, reforçando esforços para incidir sobre os sectores identificados como mais problemáticos - mulheres, população sénior, doentes, portadores de deficiência, cidadãos sem emprego;
- Fomentar o desenvolvimento de competências sociais associadas ao *fair play*, cooperação, equidade, igualdade, integridade, direitos humanos, respeito pelas capacidades dos outros, trabalho de equipa, inclusão social e liderança;
- Promover a realização de eventos e espetáculos desportivos que contribuam para o desenvolvimento de uma cultura desportiva eclética, inclusiva e sustentável, para a





promoção da prática de atividade física recreativa ou desportiva e para a economia local.

## **Segurança**

A segurança de uma sociedade está intimamente relacionada com o sucesso na integração dos seus membros. É por isso que, a par da integração que se atinge com a aposta no Desenvolvimento Pessoal e Social, apostaremos igualmente na integração como factor de segurança. O poder local, por ser o mais próximo das pessoas, deve ter um papel activo na erradicação de todas as formas de intolerância e discriminação, motivo pelo qual deve assumir um papel preponderante na divulgação e ampliação de boas práticas.

Paralelamente, o poder local deve igualmente promover um ambiente que fomente a segurança, seja na forma como concebe o seu território seja na forma como colabora com as forças de segurança.

### Ao nível da Segurança, propomo-nos a:

- Assegurar espaços urbanos mais seguros, bem iluminados, tornando-os centros de socialização;
- Estreitar parcerias entre o poder local, as diversas forças policiais e a sociedade civil tendo em vista o aprimoramento do modelo de Policiamento de Proximidade ou Comunitário;
- Apostar na consciencialização de automobilistas e peões, através de um plano municipal de sensibilização para a segurança rodoviária;
- Melhorar a sinalização da aproximação de zonas de travessia de peões, designadamente com a colocação de LED's que sinalizem corretamente os locais de passagem, nomeadamente aqueles com pouca iluminação;
- Construir passeios em falta nas zonas urbanas consolidadas e desobstruir as bermas nas vias de ligação entre aquelas zonas urbanas e os bairros existentes nas imediações, cujas urbanizações ainda não foram aprovadas, para garantir a segurança dos peões (a título de exemplo, Avenida Carlos de Oliveira, na Arrentela, e Rua Bento de Moura Portugal, na Amora).





- Desenvolver uma Estratégia Local de Prevenção de Crime com a participação dos municípios;
- Aumentar a fiscalização, com tolerância zero, relativamente ao transporte de crianças sem os adequados sistemas de retenção homologado e adaptado ao seu tamanho e peso;

## **Transparência e Cidadania**

É verdadeiramente urgente investir na confiança das pessoas nas instituições democráticas. Nesse sentido, defendemos que o funcionamento dos órgãos do município e das respetivas freguesias tem de ser transparente, de modo a facilitar uma democracia mais participativa.

No que respeita à Transparência e Cidadania, propomo-nos a:

- Dar, antecipadamente, publicidade das datas das sessões de câmara e assembleia municipal na página principal do sítio da Câmara, bem como informação institucional relevante, nomeadamente documentos que irão ser submetidos a deliberação aos órgãos municipais e às freguesias e respetivas votações, actas das reuniões e pareceres referentes às propostas;
- Sessões de câmara e de assembleia municipal em horário aceitável, com possibilidade de inscrição online da população para participação e intervenção nas reuniões públicas;
- Colocar os alunos do município em contacto com a política local com a criação de “simuladores”/concurso de escolas (concursos de projectos municipais de escolas) com vista ao desenvolvimento da cidadania participativa pelos mais jovens;
- Instituir o Orçamento Participativo, enquanto mecanismo de aproximação dos cidadãos às políticas locais, bem como o Orçamento Participativo Jovem, ligado a todas as escolas do concelho, com verbas próprias, promovendo a participação e a cidadania desde a mais tenra idade e como forma de conhecer os desejos da população mais jovem;
- Plataforma de apresentação eletrónica de propostas/recomendações à Assembleia Municipal.

